

# Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Investimento no Brasil pode tirar países da lista de paraísos fiscais ..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo quer retirar do Orçamento estatais que dependem do Tesouro ..... 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Captação dos planos de previdência privada cresce 72,3% no ano ..... 6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

Home office federal ..... 9

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

A hora do Senado na Reforma Tributária ..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Surpresa positiva da Moody"s não tira o foco do ajuste fiscal (Artigo) ..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Reunião de cúpula do G20 já aquece a economia do Rio ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

País quer deixar legado de maior participação da sociedade civil ..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pequim mantém sobre a mesa opção de aumentar tarifas sobre carros da UE ..... 18

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
SAQUE ANIVERSÁRIO

Fazenda quer restringir saque-aniversário do FGTS, mas preservar o programa ..... 19

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SAQUE ANIVERSÁRIO

FGTS para pagar dívida: saiba quando vale sacar o fundo para quitar débitos ..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Lula ameaça endurecer com bets ..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

A dívida global de US\$ 100 trilhões - CELSO MING ..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Haddad e a solução impossível (Artigo) ..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

IFI vê dívida subir para 84% do PIB em 2026 e alerta sobre riscos ..... 27

---

Sexta-Feira, 18 de Outubro de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

Consumo segue firme nos EUA e eleva previsão para PIB do 3o tri.....28

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

FMI alerta para risco de cenário de crescimento baixo e dívida pública alta.....30

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS  
ECONOMIA

Produtores e empresas do agro renegociam R\$ 90 bi em dívidas.....32

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
ECONOMIA

Governo espera cooperação do BC com comando de Galípolo.....34

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA  
ECONOMIA

PIB do Agronegócio brasileiro acumula queda de 3,5% no ano.....36

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - DOIS PONTOS  
ECONOMIA

LIXO ELETRÔNICO: O desperdício silencioso (Artigo).....37

# Investimento no Brasil pode tirar países da lista de paraísos fiscais

**Jéssica Sant"Ana, Guilherme Pimenta e Lu Aiko Otta De Brasília**

O governo incluiu na medida provisória (MP) que trata sobre a tributação mínima de 15% sobre o lucro de multinacionais um dispositivo que permite ao Poder Executivo afastar um país da lista de paraíso fiscal caso ele faça investimentos significativos no Brasil. A medida, segundo especialistas, pode ser importante para atrair investimentos de países que querem ser hubs financeiros, como os Emirados Árabes Unidos, mas que hoje são enquadrados como paraísos fiscais.

De acordo com o trecho incluído na MP, a qualificação de país ou dependência com tributação favorecida ou de regime fiscal privilegiado "poderá ser afastada excepcionalmente para países que fomentem de forma relevante o desenvolvimento nacional por meio de investimentos significativos no Brasil".

Caberá à **Receita Federal** regulamentar quais investimentos, incluindo seus patamares e periodicidade, poderão ser considerados para excluir o país da lista. Esses investimentos precisarão fomentar o desenvolvimento nacional - os critérios também serão estabelecidos na regulamentação.

Atualmente, o Fisco considera paraísos fiscais os países ou dependências que tributam a renda com alíquota abaixo de 17%. Além disso, jurisdições que protegem o sigilo relativo à composição societária das empresas também são classificadas desse modo.

Segundo apurou o Valor, já há negociações pelo governo com a- GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR guns países para que eles façam planos relevantes de investimento no Brasil, através de fundos soberanos.

Em contrapartida, eles sairiam da lista de paraísos fiscais.

"Esse artigo pode ser relevante para algumas jurisdições que queiram ser hubs financeiros, tais como os Emirados Árabes Unidos e Cingapura (recentemente excluída da lista da Receita). Ambas jurisdições possuem fundos soberanos com uma quantidade de recursos expressiva. Portanto, seria um incentivo para esses países investirem no Brasil e, em contrapartida, saírem da lista para se tornarem

receptores de investimentos originados do país", explica o tributarista Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados.

O Valor apurou que o Fisco ainda está trabalhando para calibrar qual será esse investimento mínimo de equilíbrio, ou seja, patamar que o Brasil ganhará mais com o investimento do que perderá com a transferência da base tributária para o outro país. O acordo só poderá ser fechado com países que sigam os padrões internacionais de transparência fiscal. Jurisdições usadas para lavagem de dinheiro não poderão deixar a lista.

Segundo uma fonte, cada vez mais o mundo tem aumentado o peso da transparência em relação à alíquota mínima exigida para enquadrar um país como paraíso fiscal. Essa alíquota, inclusive, vem diminuindo ao longo do tempo. No Brasil, até novembro de 2014, era de 20%, mas passou a ser de 17%, seguindo alguns pares internacionais. Há discussões em curso em alguns países para reduzir para 15%.

O governo brasileiro entende que essa questão pode ser enfrentada de outra forma: usar como critério para afastar um país da lista de paraíso fiscal o investimento no Brasil, desde que seja uma jurisdição transparente. "Se eu sei quem está no país de baixa tributação, com transparência, isso é um 'pecado menor'", explica uma fonte.

Francisco Lisboa Moreira, sócio do Alma Law, especializado em tributação internacional, avalia que a mudança proposta pela medida provisória deve "ser vista com entusiasmo". "A partir do momento em que temos investimentos produtivos e o interesse de política estatal envolvido, sem dúvida ao estabelecer critérios e parâmetros subjetivos para a exclusão de um potencial investidor da lista pode favorecer a troca econômica entre os dois países", comentou.

Como exemplo, ele citou um recente acordo firmado entre o Brasil e os Emirados Árabes Unidos para evitar a dupla tributação, já que o país do Oriente Médio historicamente não tributava a renda. Além disso, esse acordo de dupla tributação também prevê o intercâmbio de informações mediante requisição, situação em que o Fisco brasileiro pode confirmar eventual titularidade societária ou até a tributação efetiva a qual uma sociedade está sendo submetida

em determinado país.

"Esse exemplo é interessante já que, a partir do momento que o fluxo de Investimento Externo Direto aumenta e existe uma percepção mundial de tributação mínima da renda corporativa de 15%, é justificável abrandar as regras de qualificação de paraísos fiscais e países de tributação favorecida", explicou o especialista.

Uma das consequências de um país ser enquadrado como paraíso fiscal é que as remessas enviadas a essas jurisdições são tributadas pela **Receita Federal** a uma alíquota de Imposto de Renda de 25% - ante 15% para países que não estão na lista.

Há, ainda, diversas outras consequências adversas para sociedades em paraísos fiscais. Bichara explica que uma sociedade que está em paraíso fiscal não pode fruir da possibilidade de consolidação de lucros e perdas com outras sociedades no exterior, para fins de tributação da controladora no Brasil. "No caso de serem coligadas, os seus lucros devem ser tributados na controladora ao fim do ano, ou seja, ainda que não haja controle", afirma o tributarista.

Além disso, empresas em paraísos fiscais que realizam empréstimos para empresas brasileiras estão sujeitas a regras de subcapitalização mais rigorosas, ou seja, o limite de endividamento para a sociedade tomadora do empréstimo é maior. "A possibilidade de investir mediante o pagamento de **tributos** a uma alíquota inferior a 17% é um estímulo para brasileiros que investem no exterior", diz Bichara.

"Exclusão da lista pode favorecer a troca econômica entre os países"

Francisco Lisboa Moreira

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188016>

# Governo quer retirar do Orçamento estatais que dependem do Tesouro

**DANIEL WETERMAN BRASÍLIA**

O governo quer retirar as estatais do Orçamento convencional da União. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou dois projetos para o Congresso que afrouxam as regras para que empresas públicas saiam da contabilidade tradicional e passem a gastar como instituições independentes, mesmo que ainda dependam de dinheiro do Tesouro Nacional.

A manobra, antecipada pelo Estadão, poderia abrir espaço no Orçamento para novos gastos, o que, segundo especialistas, configuraria um drible no arcabouço fiscal. Além disso, o controle de despesas das estatais ficaria mais difícil.

O governo rebate as críticas.

Para o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, que cuida das estatais federais, a mudança vai servir para que as empresas recuperem sua sustentabilidade e não precisem mais de recursos da União no médio prazo. Já o Ministério do Planejamento e Orçamento, que assina a proposta, disse que a mudança melhoraria a situação fiscal das contas públicas, pois hoje os recursos próprios dessas estatais também entram no Orçamento e concorrem com outros gastos da administração.

Na quarta-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a iniciativa não tem como objetivo retirar as companhias do governo da regra fiscal. "(O que) Estamos explorando (é) a possibilidade de reduzir o aporte federal para essas estatais que têm condição para se emancipar, por assim dizer, do Orçamento.

Então, o objetivo da medida é exatamente o contrário." Atualmente, 17 empresas estatais são consideradas dependentes, ou seja, precisam de recursos do Tesouro para manter suas atividades. Entre elas, estão a Telebras, responsável por levar internet para órgãos públicos; a Infra S/A, que cuida de projetos de infraestrutura; a Conab, encarregada do abastecimento e distribuição de alimentos; a Embrapa, de pesquisa agropecuária; e a Codevasf, que faz obras nos vales do Rio São Francisco e do Parnaíba.

Os projetos enviados pelo governo mudam as regras para que essas empresas saiam dos Orçamentos

Fiscal e da **Seguridade Social** (OFSS), onde estão os gastos que se submetem aos limites fiscais, e façam parte do Orçamento de Investimento, onde estão estatais independentes, como a Petrobras.

As estatais dependentes têm orçamento previsto para este ano de R\$ 39 bilhões, sendo que só R\$ 1,7 bilhão (menos de 5%) é proveniente de arrecadação própria.

O restante é bancado pelo Tesouro. Hoje, tudo é submetido aos limites fiscais. Com a mudança, apenas o dinheiro do Tesouro respeitaria o arcabouço. Os dois projetos foram assinados pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e enviados por Lula ao Congresso em 4 de outubro. Ainda não há previsão de votação.

Alerta Se aprovadas, propostas poderiam abrir espaço para mais despesas, o que burlaria a regra fiscal

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Captação dos planos de previdência privada cresce 72,3% no ano

ISA MORENA VISTA [isa.vista@oglobo.com.br](mailto:isa.vista@oglobo.com.br)

Os aportes (recursos aplicados pelos participantes) nos fundos de previdência privada aberta foram de R\$ 130,8 bilhões no acumulado dos oito primeiros meses do ano, 17,9% maiores do que no mesmo período em 2023. Já os resgates subiram bem menos, 2,4%, totalizando R\$ 88,5 bilhões. Assim, os planos tiveram saldo líquido de R\$ 42,3 bilhões de janeiro a agosto, um aumento de 72,3% sobre o mesmo período no ano passado, segundo a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi).

Especialistas avaliam que o crescimento econômico, a geração de empregos e o interesse maior de investidores por causa do envelhecimento da população explicam os bons números do setor.

Marcelo Malanga, diretor-estatutário da Fenaprevi, explica que um dos principais fatores para o aumento foi a melhora da economia e a percepção da importância de uma reserva financeira para momentos de crise como a da Covid.

-Durante a pandemia, tivemos um período de muito resgate, e os investidores viram que o produto foi de grande ajuda.

Dados da Fenaprevi mostram que o total de resgates acumulados de

## ACERVO PESSOAL

janeiro a agosto de 2019 ao mesmo período em 2024 aumentaram 85,92%. Já os aportes - acumulados de janeiro a agosto - subiram 64,12% nos últimos cinco anos, passando de R\$ 79,7 bilhões em 2019 para o valor atual de R\$ 130,8 bilhões.

Em relação à captação líquida anual, os dados mostram uma queda de quase 40% entre 2019 e 2022, devido aos efeitos da pandemia sobre os resgates (que aumentaram 73,2% no mesmo período). No entanto, entre 2022 e 2023, a captação líquida voltou a subir 28,4%.

A captação líquida nos oito primeiros meses deste ano, de R\$ 42,3 bilhões, já é praticamente a mesma da acumulada em todo o ano de 2023, de R\$ 42,9 bilhões.

Para Rafael Barroso, superintendente sênior da Bradesco Vida e Previdência, o tempo relativamente pequeno entre as duas reformas da Previdência realizadas no país - a de 2003, com foco maior em **servidores públicos**, e a de 2019, de abrangência mais ampla - evidenciam os desafios que o Brasil e outros países estão enfrentando com o envelhecimento da população: - O cenário certamente pesa na decisão de contratar plano de previdência privada.

## TETO DO **INSS** NA BERLINDA

O advogado Bruno Luna, de 47 anos, passou a investir em um plano de **previdência complementar** há 12 anos. Ele afirma que suas preocupações começaram a se intensificar após a aprovação da Reforma da Previdência, em 2019, que tornou mais rígidas as regras para se aposentar.

Ele diz que o teto da aposentadoria paga pelo **INSS** - o valor máximo do benefício para aposentados é hoje de R\$ 7.786,02 - é um dos motivos para ter buscado os planos de previdência privada, pois considera o valor pago pelo sistema oficial incompatível com seu custo de vida atual ou com o que planeja receber quando idoso.

-Muitas coisas sobem absurdamente, como os planos de saúde de idosos - afirma Bruno Luna.

Malanga, da Fenaprevi, diz que a perspectiva de que o sistema de aposentadoria público ficará cada vez mais estrangulado no futuro aumenta o interesse por investimentos em planos de previdência privada. O Censo 2022, divulgado este ano, mostrou que o número de idosos - pessoas com 60 anos ou mais - no Brasil é de 32,1 milhões, um aumento de 56% em relação ao Censo 2010.

A busca por previdência privada tem se intensificado sobretudo entre o público mais jovem, e a tecnologia tem sido um motivador da tendência.

- O perfil tem nos impressionado, os jovens estão investindo eles mesmos pelos nossos canais eletrônicos. São clientes colocando valores menores, mas investindo. Acho que está sendo criada uma geração de investidores precoces - afirma Rogério

Calabria, superintendente de Produtos de Investimento do Itaú.

Daniela Pederneiras, CEO da Double Check -empresa especializada em gestão financeira -, avalia que a previdência privada se tornou uma opção "mais interessante" para o público, especialmente diante das incertezas quanto à sustentabilidade do regime público.

Pederneiras pondera que o investimento em plano de previdência não é a única opção a ser considerada: - Diversificar entre previdência privada e outros investimentos pode ser uma estratégia mais eficaz.

#### R\$120BI NO VGBL

A pesquisa da Fenaprevi mostrou que os planos Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) foram responsáveis por 92% da captação bruta do setor de previdência privada nos oito primeiros meses de 2024, com um total de R\$ 120 bilhões, valor muito acima do de outros planos. Luna, por exemplo, optou pelo plano VGBL.

Já o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) somou R\$ 8 bilhões, totalizando 6%. Por fim, os planos tradicionais -planos antigos, que eram comercializados no passado por seguradoras (antes de VGBL e PGBL), mas que continuam vigentes, pois há participantes usufruindo dos benefícios -totalizaram R\$ 2 bilhões do volume captado, com uma fatia de 2%.

A principal diferença entre os planos VGBL e PGBL é a questão tributária. Em ambos, o Imposto de Renda (IR) incide apenas na hora do resgate. No VGBL, o tributo é aplicado apenas sobre os rendimentos.

No PGBL, o imposto incide sobre o valor total resgatado ou recebido como renda, mas o investidor tem um incentivo fiscal no momento em que faz os depósitos.

É possível deduzir o dinheiro aplicado no fundo na declaração de ajuste anual do IR, até o limite de 12% da renda bruta anual.

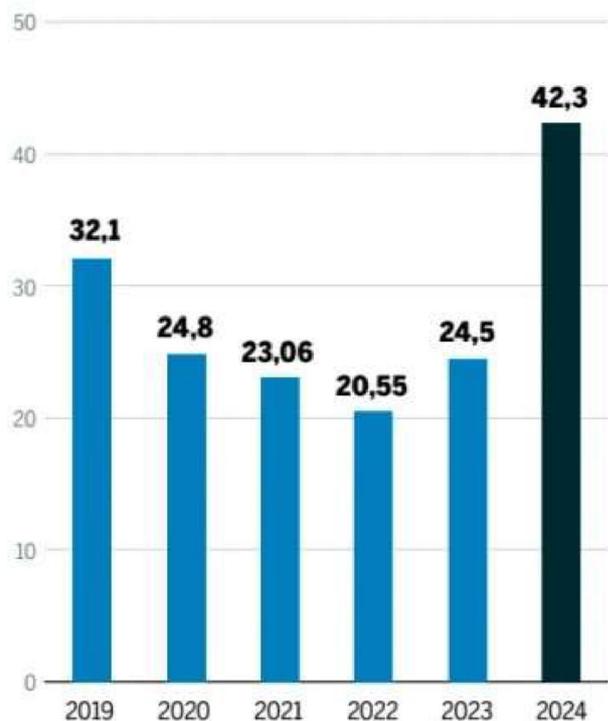
Henrique Diniz, da Icatu Seguros, avalia que o modelo PGBL acaba sendo mais atraente para quem faz a declaração completa no IR: - As pessoas usufruem menos dos benefícios do PGBL do que poderiam. Muita gente desconhece o benefício de poder abater do Imposto de Renda - alerta Diniz.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

## A EXPANSÃO DO SETOR

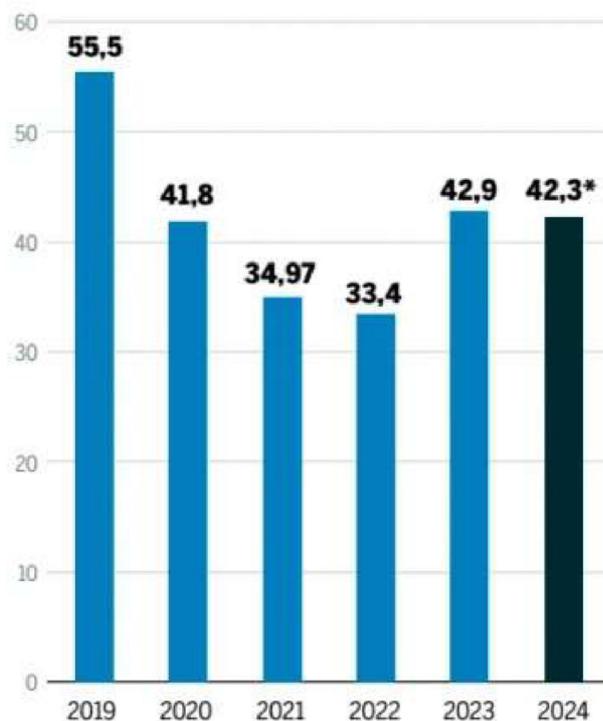
### CAPTAÇÃO LÍQUIDA ACUMULADA NOS PRIMEIROS 8 MESES DO ANO

(em R\$ bilhões)



### CAPTAÇÃO LÍQUIDA TOTAL ANUAL

(em R\$ bilhões)



\*Faltando 4 meses para o fechamento do ano

Fonte: Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi)

EDITORIA DE ARTE

# Home office federal

**BERNARDO LIMA** [bemardo.lima@bsb.globo.com.br](mailto:bemardo.lima@bsb.globo.com.br)  
**BRASÍLIA**

Prática disseminada a partir do isolamento social causado pela pandemia de Covid-19, o trabalho em home Office chegou de vez ao setor público federal. Dos mais de 550 mil funcionários do Poder Executivo, 16,6% trabalham de casa, seja de forma integral ou híbrida, que representa um em cada seis servidores. Esses trabalhadores têm dispensa de registro de ponto eletrônico, e o trabalho é medido por metas e resultados.

São, no total, 84,2 mil funcionários públicos federais em teletrabalho. Desse total, 40,8% estão em regime integral, 58,8% no modelo híbrido (com parte do trabalho exercido no prédio público) e 0,3% trabalham no exterior. Os dados foram obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI). Os números chamam a atenção no momento em que diversas empresas do setor privado começam a retomar o modelo presencial.

No pós-pandemia, o home office no serviço público ganhou força após a instituição do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), que troca o regime de ponto por um acompanhamento do trabalho feito por meio da produtividade do servidor.

Um dos pontos centrais do PGD é justamente a modalidade home office, em que o servidor pode trabalhar em um local definido por ele, em comum acordo com a chefia da unidade.

## SEIS MESES PRESENCIAL

O secretário de Gestão e Inovação do MGI, Roberto Pojo, explica que o programa estabelece critérios gerais para o funcionamento do home office entre **servidores públicos** e deixa as normas mais específicas para serem definidas por cada órgão, que decide qual grupo de servidores poderá trabalhar à distância.

-O teletrabalho é uma decisão discricionária dos dirigentes. Cada organização decide se vai ter teletrabalho integral, se vai ter híbrido, quantidade, se é para todo mundo, se é só para partes, se é um público específico. Então, é uma ferramenta gerencial -afirma o secretário.

Criado em 2022, o programa está em processo de implementação, e os órgãos públicos têm até o dia 31 deste mês para se adequarem às regras estabelecidas

pelo governo Lula. Interna-mente, gestores de ministérios avaliam que há uma tendência de aumento do home office por causa dessas regras -o Ministério da Gestão não tem uma meta geral para o programa.

Inicialmente, estava previsto que os ministérios deveriam aderir às novas regras do programa até começo de agosto, mas o prazo foi renovado devido a um atraso na implementação desse novo modelo em segmentos do serviço público. Quem não aderir ao novo modelo a tempo terá que voltar ao antigo PGD e não poderá implementar o teletrabalho.

Pelas novas regras, o programa passará a ter como ponto central o plano de entregas de cada unidade - hoje é individual. Assim, funcionários terão que contribuir para a meta de forma coletiva.

Só poderão ingressar no home office aqueles que já tenham cumprido um ano de estágio probatório. Além disso, há uma exigência do cumprimento de seis meses na modalidade presencial para servidores que se movimentarem entre órgãos, como forma de evitar um "leilão" de teletrabalho.

Enquanto parte dos órgãos amplia os números de servidores trabalhando à distância, instituições como o IBGE enfrentam o descontentamento de servidores ao tentarem enrijecer as regras de teletrabalho.

Segundo o secretário Roberto Pojo, a diferença na decisão pelo teletrabalho em cada órgão faz com que não seja possível prever se a modalidade vai crescer dentro do funcionalismo público federal.

-Provavelmente vai flutuar, depende em parte da decisão dos dirigentes, da própria capacidade de administração em internalizar e produzir o que tem a produzir. Então, a gente não tem uma meta, vai ficar sempre flutuando.

Com o distanciamento do ambiente de trabalho, o especialista em gestão pública Denilson Queiroz ressalta que é necessário definir bem os métodos de avaliação de desempenho dos funcionários para que a resolução de processos simples, resolvidos a curto prazo, não seja privilegiada em detrimento da entrega de processos mais complexos e demorados.

- Para não correr risco de uma seleção adversa, na qual você privi legia só a quem deu o retorno no curto prazo. Então, você tem que pensar muito bem na calibragem dos indicadores para você não correr o

risco de estar direcionando a suagem, a sua ordem, em caminhos que não são desejados -explicou o especialista.

#### RISCO AO APRENDIZADO

O advogado especialista em relações governamentais e gestão pública Asafe Silva cita outra questão que pode ser afetada caso o home office seja implementado excessivamente: a transmissão de conhecimento para novos funcionários no convívio do dia a dia do trabalho.

-Acredito que essa é uma das questões que têm levado os órgãos a rever a implementação do trabalho à distância desde a pandemia. O gestor que estiver à frente daquela unidade vai ter que se adaptar para criar esse ambiente cultural em que ele consiga imprimir, mesmo de forma remota, naquele servidor a característica do órgão -observou.

O percentual de 16,6% é maior que a média dos ocupados no setor privado. Em 2023 (último dado disponível) 8,3% trabalhavam em casa, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE.

Os ministérios da Previdência e da Educação lideram a lista entre as pastas com mais servidores em teletrabalho, em números absolutos. Na Previdência cerca de 10 mil servidores, do total de 30 mil, estão em teletrabalho integral ou parcial. No Ministério da Educação (MEC), atualmente, 29,9 mil servidores trabalham sob algum regime de home office. Os dados também incluem servidores lotados em autarquias e fundações ligadas às pastas.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# A hora do Senado na Reforma Tributária

*Correio Braziliense*

Luiz Gustavo Bichara\*

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado promoveu, na semana passada, audiência pública para debater o imposto seletivo na **Reforma Tributária**. O momento talvez não tenha sido dos melhores, uma vez que o mundo político estava na ressaca das eleições municipais e, talvez, o tema não tenha recebido a atenção merecida.

Ainda assim, convém estarmos atentos para o tema em face das inúmeras polêmicas que cercam a regulamentação da reforma, como aquelas que dizem respeito ao Imposto Seletivo. Até a última contagem, havia mais de 1.300 emendas apresentadas ao projeto - uma média de 16 emendas por senador da Casa. Delas, 124 tratam do Imposto Seletivo, representando 10% das emendas, e destas, 13 emendas tratam exclusivamente da retirada dos dispositivos que autorizam a cobrança do Imposto Seletivo sobre exportações.

O tema é sensível e tem potencial para causar enorme prejuízo à balança comercial brasileira, além de tratar de disposição que, certamente, será judicializada. Afinal, a Constituição consagra a imunidade tributária das exportações - um princípio básico de qualquer país civilizado, no sentido de que não se exportam **tributos**.

O referido princípio, inclusive, é garantido por boa parte do texto da **Reforma Tributária**, com previsões expressas de que os novos **tributos** na modalidade de valor agregado - o IBS e a CBS - não incidirão sobre os bens exportados. O mesmo vale em relação ao Imposto Seletivo, que não onerará as exportações, salvo pela previsão constante do projeto de regulamentação que autoriza a incidência do imposto sobre a exploração mineral. Ou seja, o projeto a ser analisado pelo Senado garante a imunidade na exportação de produtos que serão tributados pelo Imposto Seletivo, tais como bebidas alcoólicas, refrigerantes e cigarros, mas permite a tributação dos chamados bens extraídos que, na atual redação, compreendem o minério de ferro e derivados do petróleo, inclusive o gás natural.

Essa exceção seletiva, na verdade, demonstra a deturpação do propósito do Imposto Seletivo, que seria o de desincentivar o consumo de bens nocivos à saúde ou ao meio ambiente. O ferro é essencial para

toda a indústria, inclusive aquela que utiliza o minério na produção de bens benéficos ao meio ambiente, como as torres das usinas de energia eólica, painéis solares e tantos outros.

A verdade é que, ao mirar na exportação dos principais produtos da balança comercial brasileira, o imposto seletivo revela sua verdadeira face: o de ser (mais) um instrumento arrecadatório. Com isso, muda-se o sistema vigente atual, uma vez que os **Impostos** que serão substituídos pela **Reforma Tributária** (o ICMS, o PIS, a COFINS etc.) jamais incidiram sobre a exportação de bens minerais.

Ainda que o imposto seletivo seja uma modalidade de tributo usual em outros países que implementaram **Impostos** sobre Valor Agregado, inexistente paralelo no direito comparado de uma tributação, pelo imposto sobre o pecado, sobre os bens minerais. Muito menos sobre a exportação! Se aprovada a regulamentação da **Reforma Tributária** da forma como se encontra o texto, o Brasil terá não apenas uma, mas duas novas jabuticabas tributárias.

As invenções legislativas ainda contrariam uma das mais bem-vindas promessas da Reforma, que é a de simplificação do sistema tributário nacional. Ao criar a regra de tributação das exportações, o projeto de regulamentação foi além e também determinou a alteração da base de cálculo do imposto nesta hipótese, que obedecerá a um valor de referência, ainda não determinado.

É esperado que a atribuição desse valor de referência, que poderá não corresponder ao custo da operação, seja mais um fator de complicação e questionamento judicial e administrativo, uma vez que os critérios da base de cálculo não serão definidos pelo Legislativo, mas, sim, por Ato do Executivo, o que impede a participação democrática dos contribuintes nesse processo normativo e traz dúvidas sobre quais critérios serão escolhidos.

Torcemos, portanto, que o Senado se atente para os riscos jurídicos e econômicos inerentes à hipótese esdrúxula de tributação dos bens minerais nas exportações, e, com isso, resguarde os mais básicos princípios tributários, protegendo a competitividade das empresas brasileiras e evitando o inevitável litígio dos próximos anos.

Sócio-fundador do Bichara Advogados\*

Luiz Gustavo Bichara\*

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado promoveu, na semana passada, audiência pública para debater o imposto seletivo na **Reforma Tributária**. O momento talvez não tenha sido dos melhores, uma vez que o mundo político estava na ressaca das eleições municipais e, talvez, o tema não tenha recebido a atenção merecida.

Ainda assim, convém estarmos atentos para o tema em face das inúmeras polêmicas que cercam a regulamentação da reforma, como aquelas que dizem respeito ao Imposto Seletivo. Até a última contagem, havia mais de 1.300 emendas apresentadas ao projeto - uma média de 16 emendas por senador da Casa. Delas, 124 tratam do Imposto Seletivo, representando 10% das emendas, e destas, 13 emendas tratam exclusivamente da retirada dos dispositivos que autorizam a cobrança do Imposto Seletivo sobre exportações.

O tema é sensível e tem potencial para causar enorme prejuízo à balança comercial brasileira, além de tratar de disposição que, certamente, será judicializada. Afinal, a Constituição consagra a imunidade tributária das exportações - um princípio básico de qualquer país civilizado, no sentido de que não se exportam **tributos**.

O referido princípio, inclusive, é garantido por boa parte do texto da **Reforma Tributária**, com previsões expressas de que os novos **tributos** na modalidade de valor agregado - o IBS e a CBS - não incidirão sobre os bens exportados. O mesmo vale em relação ao Imposto Seletivo, que não onerará as exportações, salvo pela previsão constante do projeto de regulamentação que autoriza a incidência do imposto sobre a exploração mineral. Ou seja, o projeto a ser analisado pelo Senado garante a imunidade na exportação de produtos que serão tributados pelo Imposto Seletivo, tais como bebidas alcoólicas, refrigerantes e cigarros, mas permite a tributação dos chamados bens extraídos que, na atual redação, compreendem o minério de ferro e derivados do petróleo, inclusive o gás natural.

Essa exceção seletiva, na verdade, demonstra a deturpação do propósito do Imposto Seletivo, que seria o de desincentivar o consumo de bens nocivos à saúde ou ao meio ambiente. O ferro é essencial para toda a indústria, inclusive aquela que utiliza o minério na produção de bens benéficos ao meio ambiente, como as torres das usinas de energia eólica, painéis solares e tantos outros.

A verdade é que, ao mirar na exportação dos principais produtos da balança comercial brasileira, o

imposto seletivo revela sua verdadeira face: o de ser (mais) um instrumento arrecadatório. Com isso, muda-se o sistema vigente atual, uma vez que os **Impostos** que serão substituídos pela **Reforma Tributária** (o ICMS, o PIS, a COFINS etc.) jamais incidiram sobre a exportação de bens minerais.

Ainda que o imposto seletivo seja uma modalidade de tributo usual em outros países que implementaram **Impostos** sobre Valor Agregado, inexistente paralelo no direito comparado de uma tributação, pelo imposto sobre o pecado, sobre os bens minerais. Muito menos sobre a exportação! Se aprovada a regulamentação da **Reforma Tributária** da forma como se encontra o texto, o Brasil terá não apenas uma, mas duas novas jabuticabas tributárias.

As invenções legislativas ainda contrariam uma das mais bem-vindas promessas da Reforma, que é a de simplificação do sistema tributário nacional. Ao criar a regra de tributação das exportações, o projeto de regulamentação foi além e também determinou a alteração da base de cálculo do imposto nesta hipótese, que obedecerá a um valor de referência, ainda não determinado.

É esperado que a atribuição desse valor de referência, que poderá não corresponder ao custo da operação, seja mais um fator de complicação e questionamento judicial e administrativo, uma vez que os critérios da base de cálculo não serão definidos pelo Legislativo, mas, sim, por Ato do Executivo, o que impede a participação democrática dos contribuintes nesse processo normativo e traz dúvidas sobre quais critérios serão escolhidos.

Torcemos, portanto, que o Senado se atente para os riscos jurídicos e econômicos inerentes à hipótese esdrúxula de tributação dos bens minerais nas exportações, e, com isso, resguarde os mais básicos princípios tributários, protegendo a competitividade das empresas brasileiras e evitando o inevitável litígio dos próximos anos.

Sócio-fundador do Bichara Advogados\*

#### Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF  
A hora do Senado na **Reforma Tributária**

#### Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2024/10/6/967246-a-hora-do-senado-na-reforma-tributaria.html>

# Surpresa positiva da Moody's não tira o foco do ajuste fiscal (Artigo)

» **REGINALDO NOGUEIRA** Diretor nacional do **Ibmec** »  
**SAMUEL BARROS** Reitor do Centro Universitário **Ibmec-RJ**

O mercado foi positivamente surpreendido por um upgrade da nota de crédito brasileira pela agência de rating Moody "s. Esse movimento colocou a nota de crédito do país em Ba1 na escala da agência, a apenas um degrau do grau de investimento, o qual havia sido conquistado pelo país em 2008 e perdido em 2015. As outras duas grandes agências mundiais de rating, Standard Poor"s e Fitch, mantêm o Brasil dois degraus abaixo da Moody" s.

Em seu **comunicado**, a Moody"s deu destaque para a resiliência da economia brasileira, que tem mostrado um crescimento mais robusto do que o esperado.

Realmente, o resultado do **PIB** no segundo trimestre superou as expectativas de mercado, com um crescimento de 1,4% sobre o trimestre anterior. Em comparação com o mesmo período do ano passado, a economia cresceu 3,3%. Esse desempenho positivo se deve, em parte, a setores como o agronegócio e a indústria, que têm mostrado recuperação e contribuído para a geração de empregos.

Além disso, a Moody"s comentou sobre os avanços institucionais dos últimos anos, como a aprovação da lei de autonomia do Banco Central, e o novo arcabouço fiscal. A autonomia do BC é realmente uma conquista significativa, pois garante maior independência na formulação e implementação da política monetária, reduzindo a influência política nas decisões econômicas. No entanto, é na questão fiscal e no cumprimento das regras do arcabouço que reside a grande surpresa do mercado com a revisão da nota: os dados não têm se mostrado positivos, nem mesmo em processo de melhora.

Os resultados fiscais divulgados recentemente pelo Banco Central reforçam o cenário de dificuldade de controle dos gastos e de crescimento da dívida pública. O deficit primário de agosto para o setor público consolidado foi de R\$ 21,4 bilhões. Em 12 meses, o deficit acumulado alcançou R\$ 256,3 bilhões, ou 2,26% do **PIB**, pouco diferente daquele visto nos meses anteriores. Ao somarmos o pagamento dos juros da dívida pública, chegamos a um deficit nominal em 12 meses de 9,81% do **PIB**. Com isso, a dívida

bruta manteve crescimento, atingindo R\$ 8,9 trilhões, ou 78,5% do **PIB**. Em geral, esses dados fiscais vão em direção oposta ao esperado para um movimento de melhora da nota de crédito.

Dado esse cenário, o que se viu após a decisão foi uma movimentação tímida no mercado. O país tem visto, nos últimos meses, pressões sobre a taxa de câmbio e os juros futuros, e uma luta permanente por melhora das expectativas. O Banco Central, em especial, tem sido uma voz insistente no pedido de prudência e maior rigor fiscal, o que facilitaria seu trabalho no controle das expectativas de **inflação**. A **inflação** é um dos grandes desafios econômicos do Brasil, e o controle fiscal é essencial para manter a estabilidade dos preços e a confiança dos investidores.

Além disso, é importante destacar que a melhora na nota de crédito pela Moody"s não deve ser interpretada como um sinal de que todos os problemas econômicos do país estão resolvidos. O Brasil ainda enfrenta desafios significativos, como a necessidade de reformas estruturais, a melhoria do ambiente de negócios e a redução das desigualdades sociais.

A aprovação de reformas previdenciárias e tributárias são exemplos de medidas que podem contribuir para a sustentabilidade orçamentária a longo prazo.

Nesse sentido, é preciso tomar cuidado para que a surpresa positiva desse upgrade não tire o foco da necessidade de encaminhamento de um sério ajuste.

A manutenção da responsabilidade fiscal é crucial para a credibilidade do país junto aos investidores internacionais e para a atração de investimentos estrangeiros diretos, que são fundamentais para o crescimento econômico sustentado.

O governo precisa continuar buscando formas de equilibrar o orçamento, controlando gastos e aumentando a eficiência na arrecadação de **impostos**.

Investir em infraestrutura e educação, além de promover políticas que incentivem a inovação e o empreendedorismo, são caminhos importantes para fortalecer a economia brasileira e garantir um futuro mais próspero para todos.

**Site:**

**<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/6537/18-10-2024.html?all=1>**

# Reunião de cúpula do G20 já aquece a economia do Rio

**Mayra Castro e Daniela Canedo "O Globo", do Rio**

O Rio será palco, em novembro, da 19a Cúpula de chefes de Estado do G20, grupo que reúne as 19 maiores economias do mundo, mais União Europeia e União Africana.

O evento vai ajudar a dinamizar a economia da cidade neste fim de ano, elevar a ocupação de hotéis e fomentar a contratação de mão de obra temporária.

Segundo o Visit Rio Convention Bureau, haverá 41 eventos na capital fluminense no mês que vem, que podem impactar a economia local em R\$ 432,5 milhões. Deste total, R\$ 32,6 milhões, com R\$ 1,6 milhão em arrecadação de ISS, correspondem somente ao impacto dos 13 eventos relacionados ao G20. Os dados contemplam despesas com hospedagem, alimentação, transporte e lazer, sem considerar geração de empregos, ganhos de fornecedores e outros fatores, o que significa que a cifra pode ser ainda maior.

Além da 19a Cúpula de chefes de Estado do G20, que será realizada no Museu de Arte Moderna (MAM), em 18 e 19 de novembro, destacam-se as atividades do G20 Social, marcadas para o Boulevard Olímpico, de 14 a 16 de novembro, e do Urban 20, no Pier Mauá (Armazém Utopia), de 14 a 17.

Para a cúpula são esperadas 55 delegações, considerando países membros, países convidados e organizações internacionais convidadas.

Segundo o Itamaraty, o credenciamento está em curso e ainda não é possível precisar o número de participantes.

"Esse impacto na economia local vai desde o táxi, o hotel, o restaurante.

Cada pessoa colocada no dia a dia da cidade causa um impacto muito grande. Vão visitar os pontos turísticos, vão sair, vão ao quiosque, vão usar o Uber. É dinheiro novo que vem", diz Carlos Werneck, presidente-executivo do Visit Rio Convention Bureau.

Ele acrescenta que o Rio possui grande apelo visual e que, por isso, muitas pessoas que trabalham nos encontros chegam acompanhadas das famílias,

elevando o número de turistas. "E com isso vem a geração de empregos, que muitas vezes são temporários, mas não deixam de ser empregos que geram renda, geram receita e **impostos**. E não é toda cidade que tem a condição de receber eventos dessa magnitude." Alfredo Lopes, presidente da Hotéis Rio, associação do setor, diz que o G20 já vem impactando a hotelaria durante todo o ano, com diversas reuniões temáticas já ocorridas. "Estamos com média de 72% de ocupação na cidade, somando centro, zona sul e Barra.

Agora, a zona sul já está com 86% de ocupação. E a tendência é crescer, porque esse evento tem muitas ramificações. Então, de acordo com nosso levantamento, a gente vai chegar muito próximo na zona Sul de cerca de 95% [com a cúpula].

E a cidade deve subir de 72% para 80%, mais ou menos.

Lopes menciona que os hotéis que devem receber mais hóspedes, como os de luxo da Zona Sul, devem contratar funcionários temporários.

"Existe a contratação de extras. Principalmente na área de bares e restaurantes dos hotéis", afirma. "Eu diria que mais de 600 postos de trabalho vão ser criados nos hotéis. O Fairmont, em Copacabana, tem cerca de 700 funcionários.

O Sheraton tem uns 500.

Mas eles vão contratar de 5% a 10% disso para a ponta, para atendimento na piscina, bar e restaurante." Procurados, Fairmont e Sheraton não revelaram seus números.

O hotel Hilton Copacabana, com 327 empregados, abriu 30 vagas temporárias devido aos eventos de novembro. As vagas são para a área de governança e de alimentos e bebidas, que inclui cozinha.

Segundo o hotel, os contratados já serão aproveitados para as vagas temporárias de fim de ano.

"Após a pandemia, estamos vivendo um momento de alta no mercado da hotelaria devido aos grandes eventos que estão acontecendo e outros que estão por vir. Esse cenário contribui com a demanda por novos

profissionais, principalmente nesse período de aquecimento do setor", diz a diretora de Recursos Humanos, Tereza Guimarães.

Outros setores também aproveitam a ocasião para contratar temporários, incluindo eventos do G20 e para a alta temporada. Promovida pelo Grupo Cataratas, que está à frente de atrações turísticas como AquaRio, BioParque e Paineiras- Corcovado, a feira gratuita de empregabilidade Primeiro Passo terá participação de empresas de diversos setores e ofertará 5 mil vagas. São esperadas 20 mil pessoas no estacionamento do Bio- Parque do Rio em 28 de outubro.

No setor de bares e restaurantes, Pedro Hermeto, presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no Rio de Janeiro (Abrasel- RJ), faz uma ressalva. Para ele, embora haja uma expectativa de aumento no movimento nos dias da cúpula, será algo concentrado em algumas regiões da cidade.

Ele lembra que, como será feriado, a tendência é de queda de movimento no Centro do Rio.

Mas a expectativa é que a população, sem trabalhar, busque o lazer, sair para comer fora. "Há uma expectativa positiva de aquecimento da economia, sem dúvida", diz ele, acrescentando que o incremento de receita estimado para restaurantes localizados nas áreas mais comerciais e turísticas, como os da zona sul, é de 20% a 25% no período da cúpula.

Lucas Padilha, presidente do Comitê Rio G20, explica que embora a cúpula não tenha a magnitude de um evento como a Eco 92, ou o Rio+20, de 2012, em termos de quantidade de países participando, ela reúne mais chefes de Estado das maiores economias do mundo.

"É um fórum que reúne, por exemplo, 270 ministros ao longo de um ano em uma cidade para discutir política fiscal, política de investimentos, política tributária. O G20 torna o Rio de Janeiro uma cidade que fica no mapa do mundo como um destino para tomada de decisão." Isso tende a trazer ganhos futuros, frisa Werneck. As perspectivas são animadoras. O levantamento do Visit Rio aponta um crescimento no setor de eventos na cidade de 2023 para 2024.

Neste ano, foram realizados 414 eventos até o momento, o que já representa um aumento de 28,17% em relação aos 323 ocorridos em 2023. O público cresceu 71,37%, passando de 2 milhões de pessoas para quase 5 milhões.

Entre os eventos do 2024, estão aqueles relacionados ao G20 que ocorreram ao longo do ano, mas também shows, como o da Madonna, realizado na praia de

Copacabana, em maio. Em termos de receita gerada, o aumento foi de 12,27%, com um total de mais de R\$ 6,42 bilhões em 2024. "A expectativa é que o G20 impulse ainda mais essa visibilidade e contribua para um futuro ainda mais promissor", diz Werneck.

"Estamos vivendo momento de alta na hotelaria devido aos grandes eventos" Tereza Guimarães

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188016>

# País quer deixar legado de maior participação da sociedade civil

**Rafael Vazquez De São Paulo**

A novidade da reunião de cúpula do G20 no Brasil, que acontecerá nos dias 18 e 19 de novembro no Rio de Janeiro, será o encontro a ser realizado nos dias anteriores em torno do G20 Social, criado pelo governo brasileiro para que os líderes do grupo considerem propostas da sociedade civil nas decisões que serão tomadas. Diante dessa iniciativa inédita, que deverá ser continuada pela África do Sul no encontro do ano que vem, representantes de movimentos que participarão do evento entre os dias 14 e 16, querem marcar posição para que o processo de escuta com a população passe a ser rotina nos grandes fóruns globais.

Esse objetivo foi reforçado em live realizada nesta quinta-feira pelo Valor em parceria com o jornal "O Globo". Na conversa, que foi mediada pelo apresentador da rádio CBN Fernando Andrade, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República e coordenador do G20 Social, Márcio Macêdo, pontuou que o objetivo será deixar o legado da participação de atores não governamentais nas atividades e nos processos decisórios do G20.

"O G20, historicamente, se reúne para discutir o destino das populações, mas simplesmente o povo não participa das decisões. São 20 bacanas de paletó e gravata ou 20 mulheres bem vestidas tomando as decisões para o mundo inteiro sem a participação das pessoas que serão atingidas", disse.

Segundo Macêdo, os grupos de trabalho com organizações e movimentos sociais de todos os países do G20 dialogaram durante todo o ano e vão entregar documentos com propostas concretas aos chefes de Estado. Os três principais eixos que norteiam as propostas são o combate à fome e às desigualdades, as políticas de sustentabilidade e as mudanças climáticas e a nova governança global.

Questionado sobre o desafio de influenciar o debate econômico no encontro, o coordenador do G20 Social disse que a sua aposta é a reivindicação dos movimentos ligados às periferias de criar um sistema de **impostos** mais progressivo, no qual os ricos pagam mais **tributos**, e os pobres, menos.

Segundo Débora Rodrigues, diretora executiva da

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), que liderou debates que geraram propostas que serão apresentadas no G20 Social, além das recomendações em torno dos eixos principais, os grupos de trabalho também formularam proposições relacionadas a temas importantes como o novo mercado de trabalho, o antirracismo e educação.

Para ela, é um canal importante para levar aos líderes a percepção de quem é realmente impactado pelas decisões dos governos.

"O valor está principalmente na escuta das pessoas mais impactadas pelos modelos econômicos." Já Preto Zezé, cofundador da Central Única das Favelas (Cufa) e presidente da Cufa-RJ, disse que a entidade colaborou para apresentar a importância do G20 aos moradores de comunidades e de periferias. "Fizemos mais de 3 mil conferências dentro de favelas em 41 países para trazer a leitura desses territórios e entregar um documento sistematizado", conta. "Acredito que os próximos eventos do G20 terão mais espaço para a sociedade." Mariana de Paula Santos, cofundadora e diretora-executiva do Instituto Decodica, destacou que tanto pessoas negras, indígenas e moradores de periferias, em geral, sempre estiveram excluídos do debate de grandes fóruns internacionais como o G20. "Por muitas vezes parecia uma conversa que não nos pertencia. Algo do Norte global, dos EUA e da Europa lutando para proteger ursos polares e calotas polares derretendo", observou.

Com o G20 Social, Santos agora vê a possibilidade de o cenário mudar. "Aposto em uma maior participação concreta das favelas e das periferias em espaços tão importantes como G20. As organizações têm feito um esforço muito grande de conectar esses debates com a realidade do cotidiano." O projeto G20 no Brasil tem o governo do Estado do Rio de Janeiro como Estado anfitrião, Rio capital do G20 como cidade anfitriã, patrocínio de JBS e Engie, apoio do BNDES e realização dos jornais "O Globo" e Valor e rádio CBN.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188016>

# Pequim mantém sobre a mesa opção de aumentar tarifas sobre carros da UE

*Jiahui Huang Dow Jones*

A China reiterou que pode aumentar as tarifas sobre carros importados com motores de combustão interna de grande cilindrada, após a União Europeia (UE) votar, no início deste mês, para aumentar os **impostos** de importação sobre veículos elétricos fabricados na China.

O Ministério do Comércio está estudando medidas relacionadas ao aumento das tarifas sobre a importação de carros movidos a combustível com motores grandes e tomará uma decisão após considerar fatores relevantes, disse o porta-voz do Ministério, He Yadong, ontem.

Esta não é a primeira vez que as autoridades chinesas levantam a possibilidade de tarifas mais altas sobre carros importados. O ministério do Comércio se reuniu no final de agosto com representantes de montadoras e especialistas acadêmicos sobre o assunto.

Os Estados-membros da UE votaram no início de outubro para avançar com tarifas adicionais de até 45% sobre veículos elétricos fabricados na China, que serão aplicadas nos próximos cinco anos.

Se a China impor tarifas mais altas aos carros, isso afetará mais as montadoras alemãs, dado o volume de importações desses bens da Alemanha, diz o presidente da Associação de Carros de Passageiros da China (CPCA), Dongshu Cui.

O valor dos carros com motor de mais de 2,5 litros importados da UE nos primeiros oito meses do ano caiu 13% em relação ao 2023, totalizando US\$ 10,2 bilhões, de acordo com a associação chinesa.

A UE exportou um total de 196 mil desses carros para a China em 2023, segundo dados da CPCA.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188016>

# Fazenda quer restringir saque-aniversário do FGTS, mas preservar o programa

O Ministério da Fazenda negocia com o governo uma restrição ao **saque-aniversário** do **FGTS**, em busca de um modelo meio-termo para o instrumento após o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ter afirmado que vai propor a extinção do programa lançado na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, informaram duas fontes com conhecimento do assunto.

A ideia é reduzir pressão sobre as contas do **FGTS**, importante fonte para financiamentos de habitação e investimentos, associando a mudança ao fortalecimento do sistema de crédito consignado do setor privado, que daria um alívio ao trabalhador formal, disseram as fontes da Fazenda.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, já afirmou publicamente que vai propor em novembro o fim do **saque-aniversário**, citando a importância estratégica do **FGTS** para o crédito imobiliário, obras de infraestrutura e a poupança do trabalhador.

Na avaliação da Fazenda, a extinção do mecanismo é politicamente inviável, sendo necessário negociar um projeto que mitigue as preocupações do MTE, mas tenha potencial de aprovação pelo Congresso Nacional, disseram as fontes.

O ajuste avaliado pela pasta poderia incluir uma restrição do valor que o trabalhador pode sacar anualmente e uma redução de prazos vigentes hoje para uso do instrumento como garantia de empréstimos, disse uma das autoridades sob anonimato.

Em operação desde 2020, o programa permite ao trabalhador formal sacar parte do saldo do **FGTS** anualmente no mês do aniversário, desde que renuncie ao direito de sacar o valor integral de sua conta em caso de demissão.

Também é permitido o uso do **saque-aniversário** como garantia em empréstimos para reduzir a incidência de juros. Pela regra atual, o trabalhador pode antecipar até sete saques-aniversários por meio das operações de crédito garantidas.

O **saque aniversário** tem um problema, mas não acho tem que acabar, tem que restringir, a gente vai chegar ao meio-termo... Você restringe um produto e oferece outro que tem muito mais força em termos de crédito ,

afirmou a fonte, em referência ao crédito consignado.

Procurado, o Ministério da Fazenda disse que não irá se manifestar. O Ministério do Trabalho e Emprego não respondeu ao pedido de comentário.

Para o crédito consignado do trabalhador com carteira assinada, modalidade já existente, o governo quer viabilizar taxas mais baixas por meio de uma plataforma unificada, no e-social, que permita contato direto com os bancos, análise das melhores propostas e realização das operações, de acordo com a segunda fonte.

Com as duas medidas, no argumento da pasta, embora o trabalhador possa ficar com um valor mais baixo de saque do **FGTS** no mês de aniversário e uma margem menor para empréstimo vinculado a esse instrumento, ele terá uma espécie de compensação ao se beneficiar de um sistema mais eficiente e barato de crédito com desconto direto na folha salarial.

O secretário de Reformas Econômicas da Fazenda, Marcos Pinto, afirmou recentemente que a ideia do governo é encaminhar um projeto de lei ou medida provisória propondo o novo arcabouço legal e tecnológico para o consignado do setor privado.

Em 2023, trabalhadores usaram 14,7 bilhões de reais do **FGTS** por meio do **saque-aniversário**, além de 23,4 bilhões de reais direcionados a garantias de operações de crédito, segundo dados do MTE. Os valores corresponderam a 26,8% do total de saques, que somaram 142,3 bilhões de reais no ano passado.

Embora a proposta da pasta para restringir o mecanismo esteja pronta, uma das fontes da Fazenda ponderou que o processo de convencimento do MTE não está concluído. Segundo ela, o ideal seria já propor o meio-termo, mas, se isso não for possível, há chance de envio ao Congresso de projeto com o fim do mecanismo para que ajustes sejam negociados posteriormente com os parlamentares.

Em meio a um fluxo de saída de recursos da poupança e saques do **FGTS**, fontes para financiamentos imobiliários, a Caixa Econômica Federal, responsável por 68% dessas operações no país, anunciou nesta semana restrições ao crédito habitacional, citando alta demanda, o que levou o

banco a se aproximar de seu limite máximo projetado para concessões.

**Site: <https://www.terra.com.br/economia/fazenda-quer-restringir-saque-aniversario-do-fgts-mas-preservar-o-programa,496bfeae20e59d3c472076e08b71b921d56uec6l.html>**

# FGTS para pagar dívida: saiba quando vale sacar o fundo para quitar débitos

**Elida Oliveira**

Quando as contas não batem no fim do mês, quem está endividado passa a procurar soluções para quitar os débitos. Entre elas, está o saque de parte do **FGTS** (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Mas essa estratégia exige cautela. Segundo especialistas, é preciso avaliar se esta é a melhor maneira de limpar o nome ou se há ainda outros meios para ficar com o saldo positivo.

O pagamento de dívidas não está entre as regras de uso do **FGTS**. Mas é possível sacar parte do dinheiro no mês do aniversário do trabalhador.

O **saque-aniversário** trouxe uma brecha. Com a retirada do dinheiro, é possível usá-lo para quitar débitos, já que o uso do recurso é livre após o saque, ou seja, o trabalhador pode pegar o dinheiro e usar como achar melhor.

Quem tem pressa ou precisa de mais dinheiro pode pedir empréstimo dando o **FGTS** como garantia. É a antecipação do **saque-aniversário**, uma modalidade de empréstimo da Caixa onde é possível pedir o saldo de até sete saques-aniversários anuais. Segundo Eliane Tanabe, planejadora financeira CFP pela Planejar, é preciso cuidado porque há cobrança de juros e taxas.

Eliane Tanabe, planejadora financeira CFP pela Planejar

Essa não deve ser a primeira solução para sair do vermelho. A sugestão para quem está endividado é esgotar outras formas de pagamento das dívidas.

Antes, é preciso fazer uma análise cuidadosa da situação financeira. Para isso, o trabalhador deve levantar quais são seus gastos e quais são todas as fontes de recursos.

Corte gastos e conheça os juros que está pagando. Cleícia Regina, planejadora financeira CFP, afirma que, antes de recorrer ao **FGTS**, é possível cortar gastos, conhecer os juros cobrados na dívida atual e fazer contas para saber se o valor liberado no **saque-aniversário** do **FGTS** vai cobrir os débitos.

Cleícia Regina, planejadora financeira

Renegocie dívidas. Busque melhores condições de pagamento, como prazos mais longos e juros mais curtos, afirma Jonas Carvalho, CEO da Hike Capital. Segundo ele, muitas vezes, os credores estão dispostos a flexibilizar os pagamentos para evitar a inadimplência.

Dívida de cartão pode cair 80% com renegociação. Pedro Afonso Gomes, presidente do Corecon-SP (Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo), afirma que, em caso de dívidas no cartão de crédito, é possível abater os juros e pagar só as compras de produtos e serviços. "A dívida pode vir a 20% do que está lá consignado no cartão, dependendo do período e dos valores que foram sendo adquiridos nas compras e serviços", afirma.

Outra alternativa é fazer empréstimos com taxas mais baratas do que os juros que está pagando. A ideia aqui é pagar menos pelo dinheiro que não tem e consolidar as dívidas, afirma Carvalho. Então, em vez de pagar várias dívidas com juros altos, considere pedir um empréstimo no valor total do que está devendo, pagar as dívidas com juros altos e depois quitar as parcelas do empréstimo com juros mais baratos.

Pedro Afonso Gomes, presidente do Corecon-SP

Quando os juros da dívida são maiores do que o rendimento do fundo. O **FGTS** rende cerca de 3% ao ano, mais a Taxa Referencial (TR). Comparado aos juros do cartão de crédito ou cheque especial, esse rendimento fica muito abaixo do que é cobrado na dívida. "Nesse caso, sacar o **FGTS** para quitar esses débitos pode ser uma boa ideia", afirma Carvalho.

Quando há urgência no pagamento para não ter o nome negativado. É o caso de dívidas que estão se acumulando rapidamente e podem levar o trabalhador a ter o nome negativado. Antes que isso aconteça, é possível usar parte do saldo do **FGTS** para ter um alívio momentâneo, diz o CEO da Hike Capital.

Para um uso consciente e planejado. Quando o trabalhador tem controle sobre suas finanças e entende que esse saque não compromete sua segurança em caso de demissão, ele pode usar esse recurso como parte de uma estratégia de

reestruturação financeira. Dá para sacar o dinheiro e investir em outra opção mais rentável do que o praticado no **FGTS**, por exemplo.

Jonas Carvalho, CEO da Hike Capital

O **FGTS** é um fundo onde o empregador deposita, todos os meses, um valor referente a 8% do salário do empregado. O objetivo é compor uma reserva para o trabalhador usar quando for demitido, até que ele consiga se recolocar no mercado de trabalho.

Tem direito ao **FGTS** todo trabalhador contratado pelas regras da **CLT** (Consolidação das Leis do Trabalho). Trabalhadores domésticos, rurais, temporários, intermitentes, avulsos, safreiros (operários rurais que trabalham apenas no período de colheita) e atletas profissionais também têm direito ao **FGTS**, além do diretor não empregado, que pode ser incluído no regime do **FGTS**, a critério do empregador, segundo a Caixa.

O trabalhador pode sacar o **FGTS** quando é demitido, em caso de doença grave ou compra da casa própria. Esse fundo foi criado em uma época em que o trabalhador ganhava estabilidade após dez anos de empresa e não poderia mais ser demitido. Na prática, as empresas desligavam os funcionários com nove anos de serviço.

Em 2019, foi criado o **saque-aniversário** do **FGTS**. Nesta modalidade, é possível retirar parte do dinheiro no mês de aniversário do trabalhador, sem precisar esperar por uma demissão ou pela compra da casa própria.

Os valores variam de R\$ 50 a R\$ 2.900 ao mês. O que determina a porcentagem do saque é o total disponível na conta do **FGTS** do trabalhador, conforme tabela abaixo.

Faixa de saldo (R\$) / Alíquota (%) / Parcela Adicional (R\$)

Até 500 / 50%

De 500,01 a 1.000 / 40% / 50

De 1.000,01 a 5.000 / 30% / 150

De 5.000,01 a 10.000 / 20% / 650

De 10.000,01 a 15.000 / 15% / 1.150

De 15.000,01 a 20.000 / 10% / 1.900

Acima de 20.000,01 / 5% / 2.900

Modalidades de saque do **FGTS**, segundo a Caixa

Aposentadoria

Aquisição de casa própria, liquidação ou amortização de dívida ou pagamento de parte das prestações de financiamento habitacional

### **Saque-aniversário**

Desastre natural (saque calamidade)

Demissão, sem justa causa, pelo empregador

Término do contrato por prazo determinado

Doenças graves

Rescisão por falência, falecimento do empregador individual, empregador doméstico ou nulidade do contrato

Rescisão do contrato por culpa recíproca ou força maior

Rescisão por acordo entre trabalhador e empregador

Suspensão do trabalho avulso

Falecimento do trabalhador

Idade igual ou superior a 70 anos

Aquisição de órtese e prótese

Três anos fora do regime do **FGTS** para os contratos de trabalho extintos a partir de 14/7/1990

Conta vinculada por três anos sem depósitos de **FGTS** para os contratos de trabalho extintos até 13/7/1990

Mudança de regime jurídico

Saque residual - conta com saldo inferior a R\$ 80

Outros

**Site:**

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/10/18/fgts-pagar-dividas-saque-aniversario.htm>

# Lula ameaça endurecer com bets

» **VICTOR CORREIA**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva garantiu ontem que vai acabar com as bets - casas de apostas on-line - se a regulamentação não resolver os problemas de endividamento, vício e crimes, como a lavagem de dinheiro. Segundo o presidente, o governo optou por observar os efeitos da regulamentação antes de tomar novas medidas, mas reforçou a possibilidade de proibir a atividade.

A decisão de esperar os efeitos da nova lei que rege o mercado de apostas no país, cujo prazo de vigência começou na semana passada, foi tomada durante reunião no Palácio do Planalto, com representantes de 14 ministérios.

"Nós tínhamos uma opção: ou acabava definitivamente, ou a gente regulava. Optamos pela regulamentação. E me parece que, essa semana, mais de duas mil bets já saíram de circulação", declarou Lula em entrevista à Rádio Metrôpole, de Salvador, Bahia. "Então nós vamos ver se a regulação dá conta. Se a regulação der conta, está resolvido o problema.

Se a regulação não der conta, eu acabo. Para ficar bem claro.

Você não tem controle do povo mais humilde, de criança com o celular na mão fazendo aposta.

Nós não queremos isso", destacou ainda o presidente.

Crimes A Lei 14.790/2023, aprovada em dezembro do ano passado, estabeleceu prazo até a semana passada para as empresas de apostas pedirem autorização de funcionamento junto ao Ministério da Fazenda. Atualmente, 215 bets podem funcionar no país, pertencendo a 98 empresas. A lista foi atualizada ontem, após decisão judicial que permitiu que a Esportes da Sorte, que patrocina o clube Corinthians, funcione no país até o fim do ano. Outra empresa, a Reals Brasil Ltda, que opera três bets, também foi autorizada, ontem, a atuar. Até agora, 2.040 bets irregulares foram proibidas no país.

Corte de gastos Na entrevista, o presidente voltou a afirmar que não considera despesas feitas nas áreas de educação e saúde como gastos, mas sim investimentos.

Lula demonstra resistência em reduzir despesas

nesses setores, enquanto a equipe econômica prepara um pacote de corte de gastos. Ele reclamou ainda das críticas ao governo pelo aumento dos gastos públicos.

Há preocupação sobre a trajetória da despesa, que vai ferir o arcabouço fiscal no futuro, caso não haja ajuste - algo reconhecido pelo Ministério da Fazenda.

"Tem gente que fala assim: "ah, mas o Lula está gastando dinheiro à toa, o Lula está gastando com pobre." Fico muito irritado, porque tudo que o governo faz é gasto. Se um banqueiro disser que está fazendo um banheiro, é investimento", comentou o presidente.

"Eu quero dizer em alto e bom som: para mim, educação não é gasto, saúde não é gasto, porque veja quanto custa para o país uma pessoa doente.

É preciso parar com essa bobagem", acrescentou Lula, em entrevista ao radialista Mário Kértész, da qual também participou o governador da Bahia Jerônimo Rodrigues.

A declaração ocorre em meio a preocupações com o equilíbrio fiscal. A equipe econômica prepara medidas de cortes de gastos para apresentar a Lula. A ministra Simone Tebet já adiantou que haverá ajustes em quase todas as áreas do governo, incluindo saúde e educação, Previdência e supersalários. Caberá ao presidente decidir de onde serão retirados os recursos. Segundo Tebet, Lula não abre mão da política de reajuste do salário mínimo.

Bancos Na entrevista, o chefe do Executivo também comentou o encontro que teve na quarta com representantes dos maiores bancos privados do país, no Palácio do Planalto. "A economia está surpreendendo o mercado.

Fiz uma reunião com os bancos, e todos eles elogiando o crescimento, dizendo que a **inflação** está controlada. Está tudo do jeito que eu quero que esteja", destacou.

Em coletiva de imprensa após a reunião, o presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Isaac Sidney, disse ver compromisso do governo com o ajuste das contas públicas, e que Lula garantiu que terá respeito com o equilíbrio fiscal.

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6537/18-10-2024.html?all=1>

# A dívida global de US\$ 100 trilhões - CELSO MING

## CELSO MING

O Fundo Monetário Internacional (FMI), normalmente cauteloso nas suas avaliações, acaba de lançar um relatório em que não esconde sua preocupação com o tamanho e a rápida expansão da dívida soberana global.

No documento Colocando um Limite na Dívida Pública, calcula que, no fim deste ano, a dívida pública global ultrapassará os US\$ 100 trilhões - ou cerca de 93% do **PIB** mundial, e por volta de 2030 se aproximará dos 100% do **PIB**.

Como explicar esse estouro?

Os governos cederam às pressões por mais despesas públicas porque confiaram demais no crescimento econômico futuro e, portanto, na sua capacidade de arrecadação, e deixaram que a dívida se esticasse. O despejo de recursos pelos grandes bancos centrais a partir da crise de 2008 e os esforços para conter as consequências da pandemia também parecem ter propiciado políticas fiscais flácidas.

O problema, aponta o FMI, é que há pressões, ainda não contabilizadas nas atuais projeções da dívida pública, que vão exigir mais despesas públicas.

Entre elas estão a necessidade de lidar com o envelhecimento da população, os investimentos na transição energética e no enfrentamento das mudanças climáticas, mais os gastos com defesa e armamentos, em consequência das crises geopolíticas.

Quem tenta ver o elefante inteiro, e não como os cegos que só apalpam partes dele, pode argumentar que tanta dívida só é possível porque há poupança global equivalente aplicada em títulos públicos. Ou seja, há riqueza de igual proporção em condições de bancar esse passivo.

Caso contrário, os juros de longo prazo se esticariam para o alto, coisa que não ocorre.

O filme não termina aí porque essa fantástica poupança global se baseia na confiança de que dívidas soberanas serão honradas. Caso esse cristal ameace trincar, a dinheirama tende a se deslocar de

um poleiro a outro à velocidade da luz.

Por enquanto, os pilares do sistema financeiro mundial, hoje fincados em sólido terreno político, têm conseguido reverter as crises de confiança e, assim, evitar o estágio em que "tudo o que é sólido se desmancha no ar". Mas em livro nenhum está escrito que o sistema está imunizado contra convulsões.

O FMI não fala em catástrofe, mas adverte para "o aumento do risco de estresse soberano".

E avisa que uma dívida alta derruba as condições do setor público de combater a recessão.

Este é o motivo pelo qual o FMI convoca as autoridades mundiais a colocar em marcha práticas de segurança fiscal.

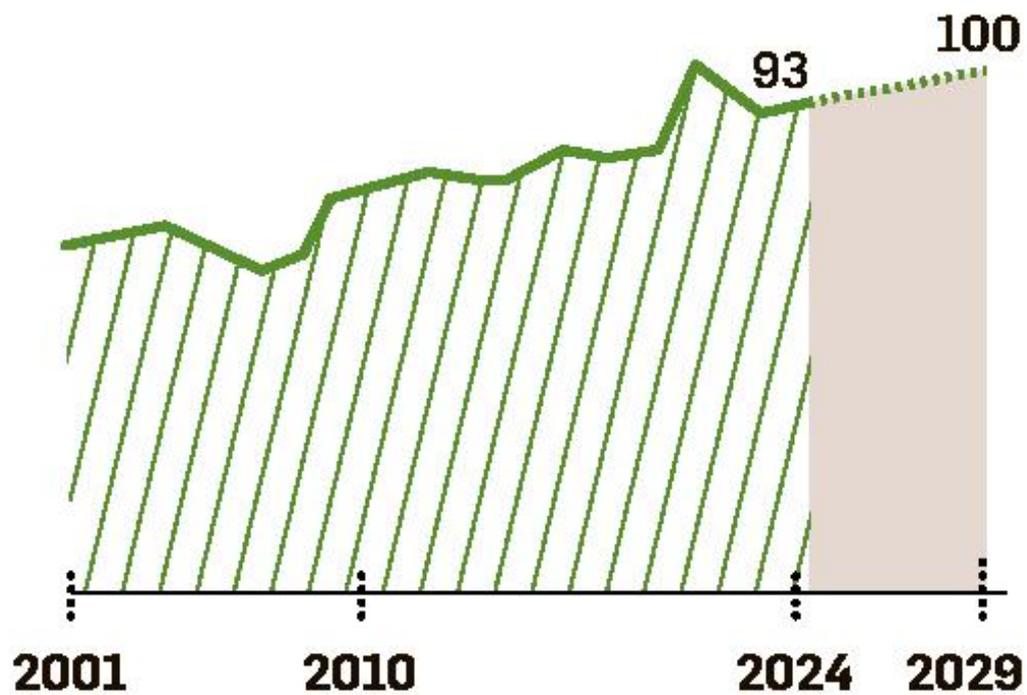
O tom de advertência, bem mais duro, parece fazer parte de um processo de convencimento global de que são necessárias providências drásticas para evitar amargas crises futuras.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# ALTO ENDIVIDAMENTO

EVOLUÇÃO DA MÉDIA DA DÍVIDA PÚBLICA GLOBAL EM PORCENTAGEM DO PIB

PROJEÇÃO



**FONTE:** FMI / **INFOGRÁFICO:** ESTADÃO

# Haddad e a solução impossível (Artigo)

**Fabio Giambiagi Economista**

Fernando Haddad tem um desafio maior que o de "apenas" tentar manter uma política econômica razoável a caminho de 2026. A primeira questão está associada ao cenário A (Lula candidato). O pressuposto de toda esta análise é que há uma diferença entre as concepções econômicas de Lula e de Haddad.

A deste último está ciente da importância de convergir rumo à sustentabilidade fiscal e de conservar o compromisso com uma **inflação** baixa.

Já a concepção do presidente é a tentação de um revival dos anos 1950, com muito teor nacionalista, certo desleixo com a **inflação**, ausência de preocupações fiscais e pitadas norte-coreanas.

Não é preciso ser analista político para perceber que essas duas concepções diferentes entrarão em choque em algum momento. Nesse cenário, a encruzilhada para o ministro será a seguinte: se Lula vencer em 2026, o ministro manterá o emprego - e se arrisca a virar um Mantega.

E, se Lula perder, o ministro voltará à planície.

Vamos agora ao cenário B (Lula desiste da reeleição).

O candidato substituto terá então o desafio de responder à seguinte questão: "Se o candidato oficial diz que o governo é tão bom, por que Lula não é candidato?". Como, nesse cenário, todos saberão que, se o presidente desistir, será porque terá receio de perder, a pergunta será irrespondível, o que provavelmente condenará o governo à derrota. Deixemos, porém, isso de lado e avaliemos as duas estratégias possíveis, a caminho das urnas em 2026.

A primeira estratégia é o ministro convertido em candidato adotar uma campanha do tipo "PT raiz". A questão é que ele soará muito pouco convincente porque terá que defender um conjunto de propostas inconsistentes, que pouco terão a ver com o que realmente pensa.

A estratégia alternativa será, se for candidato, Haddad tentar ser Haddad e defender uma linha econômica relativamente ortodoxa. Tirando o fato de que, nesse caso, há sérias dúvidas de se o partido o apoiaria, a questão levantaria uma pergunta que todo eleitor de centro ou de direita se faria: "Se Haddad quer meu

voto para implementar uma política ortodoxa, por que não escolher quem tem melhores credenciais para isso?". A tendência é que então esse eleitor vote em quem tiver mais curriculum para adotar tal agenda.

Resumidamente, quando o governo Lula acabar, em janeiro de 2027 ou de 2031, não sabemos quem será o futuro presidente da República.

Algo, porém, é bastante provável: o Insper deverá ganhar um novo professor.

Fabio Giambiagi Economista

## Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ  
Haddad e a solução impossível

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# IFI vê dívida subir para 84% do PIB em 2026 e alerta sobre riscos

**Jéssica Sant"Ana De Brasília**

A dívida bruta do governo geral deve crescer 12,4 pontos percentuais (p.p.) nos quatro anos de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento das contas públicas ligado ao Senado Federal.

Em dezembro de 2022, a dívida estava em 71,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**). A IFI estima que o endividamento vai chegar a 80% do **PIB** em dezembro deste ano, com viés de alta, podendo alcançar 82,2% em 2025 e 84,1% do **PIB** em 2026, no último ano de mandato do atual governo.

A dívida bruta do governo geral (DGBB) é calculada pelo Banco Central. Ela espelha o endividamento não só do governo federal, mas também dos entes subnacionais.

Segundo a IFI, o crescimento da dívida é resultado: do menor efeito do crescimento do **PIB** sobre a dívida; da não geração de superávits primários; da elevação dos juros; e do crescimento das emissões primárias líquidas de títulos da dívida pelo Tesouro Nacional.

"A perspectiva de realização de déficits fiscais pelo setor público nos próximos anos e a taxa real de juros mantida em nível relativamente elevado contribuirão para que a dívida mantenha tendência de alta", diz o diretor da IFI, Alexandre Andrade no Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de outubro.

O documento também aponta que a ausência de limites claros para o endividamento público dificulta o trabalho de condução de uma política fiscal sustentável. A consequência é que o país mantém nível elevado de dívida, o que pode dificultar também a obtenção do grau de investimento - uma prioridade da equipe econômica.

A instituição afirma que, embora o novo arcabouço fiscal preveja uma trajetória de convergência da dívida pública ao fim de um horizonte de dez anos, o instrumento tem eficácia contestada.

Primeiro, porque ainda não foram estabelecidos os montantes de dívida mobiliária federal e de dívida pública consolidada da União, o que, segundo a IFI,

permite que a trajetória da dívida seja sempre deslocada para frente e para cima a cada nova projeção.

Isso, inclusive, já foi feito pelo governo ao divulgar as projeções de longo prazo para a dívida no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025.

Segundo, porque a estabilização da dívida, caso ocorra nos níveis atuais, pode ser insuficiente para a eliminação dos riscos fiscais, visto que já se encontra em nível elevado em relação aos países comparáveis.

"A zona do euro, por exemplo, trabalha com um plano gradual de diminuição da dívida pública dos quase 90% atuais para 60% do **PIB** até 2070. Tal esforço requer medidas de superávit primário de 1,4% do **PIB** apenas para estabilização da dívida e de 0,6% do **PIB** adicionais para redução da dívida a longo prazo", afirma a IFI.

A instituição também lembra que o atual grau de endividamento do Brasil é mais alto que economias da América Latina e Caribe e que a média dos países emergentes e em desenvolvimento.

Diante do alto nível de endividamento, a IFI alerta que a "falta de limites claros para o endividamento prejudica o alcance das metas necessárias à condução de uma política fiscal sustentável".

Outro alerta feito pela instituição é que a teoria econômica e a evidência empírica demonstram que não é possível expandir o endividamento indefinidamente, mesmo em moeda local, e que "é necessário reverter a tendência atual de desequilíbrios constantes antes que um choque ponha em risco a capacidade do país de honrar seus compromissos".

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188016>

# Consumo segue firme nos EUA e eleva previsão para PIB do 3o tri

**Lucia Mutikani Washington, de Reuters**

O varejo nos EUA registrou fortes vendas em setembro, provavelmente impulsionadas pela queda nos preços da gasolina, que deixou os consumidores com mais dinheiro para gastar em restaurantes e bares. Os números reforçam as previsões de que a economia manteve um ritmo sólido de crescimento no terceiro trimestre.

O aumento das vendas, um pouco acima do esperado, foi divulgado pelo Departamento do Comércio dos EUA ontem e é reflexo das grandes altas nas vendas das lojas de roupas e de varejistas diversos.

O consumo e a economia como um todo vêm sendo sustentados pelo crescimento sólido da renda, pelo forte nível da poupança e pela força dos balanços patrimoniais das famílias. Embora o ímpeto do mercado de trabalho tenha perdido força, as demissões continuam baixas em termos históricos, o que dá base para aumentos salariais.

Os sinais de resiliência da economia não devem desencorajar o Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) de voltar a reduzir os juros básicos em novembro, mas fortalecerão as expectativas de um corte menor, de 25 pontos-base.

O Fed regional de Atlanta elevou sua estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) para o terceiro trimestre de 3,2% para 3,4%, taxa anualizada. A economia cresceu 3% em abril-junho.

"Os fortes gastos dos consumidores em setembro indicam que o crescimento econômico no trimestre anterior esteve solidamente acima da tendência", disse Jeffrey Roach, economistachefe da corretora LPL Financial.

"Nosso cenário básico permanece o de que o Fed deverá cortar [os juros em] um quarto de ponto percentual em novembro e em dezembro", acrescentou.

As vendas no varejo subiram 0,4% em setembro, na sequência da alta de 0,1% em agosto, segundo o Censo dos EUA, ligado ao Departamento de Comércio.

Em termos anuais, as vendas varejistas cresceram 1,7% em setembro.

Os preços da gasolina caíram cerca de US\$ 0,12 por galão (3,785 litros) entre agosto e setembro, segundo dados da Agência de Informações sobre Energia dos EUA (EIA, na sigla em inglês).

As vendas dos serviços de alimentação e bares, o único componente de serviços que faz parte do relatório das vendas varejistas, saltaram 1%, após um aumento de 0,5% em agosto. Economistas veem os gastos em restaurantes como um indicador-chave da situação financeira das famílias.

As vendas das lojas de roupas aumentaram 1,5%, provavelmente impulsionadas pelas compras do período de volta às aulas. As de varejistas diversos saltaram 4%, enquanto as vendas on-line aumentaram 0,4%. As vendas em supermercados subiram 1%, provavelmente em razão do acúmulo de suprimentos pelos consumidores estimulado pelo furacão Helene e de uma curta greve de portuários.

As vendas das lojas de mercadorias em geral subiram 0,5%. As das lojas de materiais de construção e equipamentos de jardinagem cresceram 0,2%. Os consumidores também gastaram mais em lojas de artigos esportivos, hobbies, instrumentos musicais e livros.

Os aumentos nessas categorias de lojas mais do que compensaram as quedas de 3,3% nas vendas de lojas de eletrônicos e eletrodomésticos e de 1,4% nas de lojas de móveis. As vendas em concessionárias de automóveis ficaram inalteradas, enquanto as dos postos de gasolina caíram 1,6%, refletindo a queda nos preços da gasolina.

A força das vendas varejistas contrasta com a baixa confiança do consumidor e com declarações de várias empresas de que as famílias estão hesitando em gastar antes da eleição presidencial dos EUA, em 5 de novembro.

Ontem, o diretor de finanças da Nestlé atribuiu parte da desaceleração das vendas da empresa nos EUA a "preocupações em torno às eleições". Mas economistas dizem que os consumidores estão optando por alternativas mais baratas.

"O consumidor dos EUA ainda tem um poder de compra formidável usado de formas um pouco mais direcionadas", disse Scott Anderson, economista-chefe da BMO Capital Markets.

Um relatório do Departamento do Trabalho mostrou queda de 19 mil nos pedidos iniciais segurodesemprego na semana passada, para um total ajustado sazonalmente de 241 mil, embora o impacto de furacões que atingiram os EUA e uma greve de um mês na Boeing estejam dificultando a leitura do mercado de trabalho.

Em setembro, o Fed iniciou um ciclo de flexibilização com um corte atipicamente grande de 0,5 ponto percentual em sua taxa básica de juros, reduzindo-a para uma faixa de 4,75% a 5%, em meio às crescentes preocupações quanto ao mercado de trabalho.

As vendas no varejo, excluindo automóveis, gasolina, materiais de construção e serviços de alimentos, aumentaram 0,7% em setembro, depois da alta de 0,3% em agosto. Esse critério, conhecido como núcleo das vendas no varejo, tem uma correspondência maior com o componente do "consumo" no **PIB**. O consumo cresceu 2,8% no trimestre de abril a junho.

"Como temos argumentado, o consumo, a contratação em termos líquidos e a renda salarial estão arraigados em um ciclo virtuoso resiliente e auto-alimentado ao longo desta expansão, impulsionados pelos ganhos na riqueza das famílias e na oferta de trabalho", avaliou Jonathan Millar, economista sênior dos EUA no Barclays.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188016>

# FMI alerta para risco de cenário de crescimento baixo e dívida pública alta

**Pedro Borg De São Paulo**

A grande onda global de **inflação** está em queda, mas os preços em alto patamar vistos nos últimos anos vieram para ficar, em um cenário de crescimento baixo, alto endividamento dos países e aumento das barreiras comerciais, alertou ontem Kristalina Georgieva, diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Georgieva ressaltou que o cenário de curto e médio prazo para a economia global pode limitar a atuação de governos em investimentos essenciais, disse ela em uma entrevista que antecede o início do encontro anual em Washington na próxima semana.

"A grande onda de **inflação** global está recuando", disse Georgieva.

"E isso foi feito sem levar a economia global à recessão e perdas de empregos em larga escala - algo que muitos temiam que veríamos novamente." Números divulgados pela agência de estatísticas da União Europeia ontem mostraram que a taxa anual de **inflação** caiu para 1,7% em setembro, abaixo da meta de 2% do Banco Central Europeu pela primeira vez desde junho de 2021.

No Reino Unido, a **inflação** também caiu para 1,7%, enquanto nos EUA os preços subiram 2,4%.

Os bancos centrais responderam à queda na **inflação** reduzindo os juros, aliviando a restrição aos gastos das famílias e ao investimento das empresas. Mesmo assim, a perspectiva é de um crescimento econômico global "sem brilho", enquanto os juros sobre dívidas acumuladas pelos governos durante a pandemia são "assustadores", disse Georgieva. "Mesmo os partidos políticos tradicionalmente conservadores em termos fiscais estão desenvolvendo um gosto por empréstimos para gastar." No início da semana, o FMI divulgou seu relatório Monitor Fiscal, no qual alertou que a dívida pública total deve ultrapassar os US\$ 100 trilhões este ano, o equivalente à cerca de 93% do **PIB** global.

"Nossas previsões apontam para uma combinação implacável de baixo crescimento e dívida elevada - um futuro difícil", disse Georgieva.

"Podemos ver as difíceis escolhas de gastos se tornarem ainda mais difíceis. Escolas ou clima? Conectividade digital ou estradas e pontes?", acrescentou.

Para a diretora-gerente do FMI, os riscos geopolíticos também pesam na previsão de crescimento baixo, especialmente com as tensões no Oriente Médio, que tem o potencial para desestabilizar economias regionais e os mercados globais de petróleo e gás.

Diante de um cenário de crescimento baixo e de tensões geopolíticas, Georgieva afirma que "grandes players" da economia global irão recorrer cada vez mais ao protecionismo sob pretexto de segurança nacional, o que irá provocar um efeito em cadeia de restrições comerciais. Com esse movimento, a diretora do FMI alerta que o comércio deixará de ser o motor de crescimento como foi no passado.

"No futuro, o comércio não será o mesmo motor de crescimento que era antes. É a fragmentação sobre a qual eu alertei em 2019 - mas pior. É como jogar água fria em uma economia mundial que já está morna." "Esse fraco crescimento não será suficiente para erradicar a pobreza mundial. Nem para criar o número de empregos necessários.

Nem para gerar as receitas fiscais que os governos precisam para lidar com grandes dívidas enquanto atendem às enormes necessidades de investimento, incluindo a transição verde." O FMI irá divulgar novas previsões para o crescimento econômico global na próxima semana. Em julho, os economistas do Fybdó estimavam uma expansão de 3,2% para este ano e de 3,3% em 2025.

Apesar dos crescentes desafios para os próximos anos, Georgieva ressaltou que o mundo conseguiu escapar de um cenário de recessão graças a "combinação de ações decisivas de política monetária, alívio nas restrições das cadeias de suprimentos e moderação nos preços de alimentos e energia", metas atingidas graças a "bases políticas sólidas" e "cooperação política internacional".

"Não tomemos as tensões globais como dadas, mas sim a determinação em trabalhar para diminuir a temperatura geopolítica e atender às tarefas que só podem ser enfrentadas em conjunto", disse ela.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188016>

# Produtores e empresas do agro renegociam R\$ 90 bi em dívidas

**Fernanda Guimarães De São Paulo**

Empresas e produtores do agronegócio brasileiro estão renegociando cerca de R\$ 90 bilhões em dívidas, em um momento em que os juros altos afetam as companhias, já pressionadas por problemas climáticos, aumento de custos e queda dos preços das commodities.

O crescimento das dívidas elevou o número de pedidos de recuperação judicial no setor, que está em nível recorde e, mais recentemente, envolveu em particular as revendedoras de insumos.

O levantamento, que a consultoria Virtus fez a pedido do Valor, levou em consideração o nível de alavancagem das empresas do agronegócio listadas na B3. A conclusão foi de que, nesse grupo, há R\$ 12 bilhões em processo de renegociação no curto e médio prazos, o que corresponde a 6% do volume total dos débitos das empresas do setor que estão na bolsa.

Em um outro grupo, de empresas não listadas, tendo como métrica a participação do setor no produto Interno Bruto Brasileiro (**PIB**), e produtores rurais, as dívidas em renegociação estão entre R\$ 70 e R\$ 80 bilhões, estima a Virtus. Segundo a consultoria, mais da metade dos integrantes desse grupo têm vencimentos no curto prazo, ou seja, em até um ano. Assim, somando as duas cifras, a projeção é de que até R\$ 90 bilhões estejam em processos de renegociação.

Dentre os casos de empresas que estão em renegociação figura a varejista de insumos agrícolas Agrogalaxy, que tem dívidas no processo de recuperação judicial de R\$ 4,6 bilhões. O grupo Patense, que também pediu proteção à Justiça neste ano, tem vencimentos de mais de R\$ 2 bilhões. O Grupo Safras, de grãos, também tem conversado com credores para alongar seus vencimentos.

Douglas Bassi, sócio da Virtus, diz que a busca por assessoria tem crescido entre as empresas do agro e que casos de reestruturações formais de médio a grande portes ainda vão aparecer ao longo dos próximos meses. Ele conta que o agro ficou mais alavancado depois que, com o último boom do setor, entre 2020 e 2022, muitas empresas partiram para

estratégias de consolidação por meio de fusões e aquisições. No entanto, com a queda do valor de muitas commodities e o aumento dos custos, o cenário é de descompasso entre a geração de receita e o fluxo de pagamentos das dívidas.

Situação mais sensível, afirma Bassi, é a de empresas e produtores que, sem fôlego para lidar com o serviço da dívida, precisam de carência no pagamento de juros e principal por um período para equilibrar o fluxo de caixa. Para esses casos, alguns bancos que têm recebíveis dados em garantia para empréstimos, nas chamadas travas bancárias, estão liquidando as operações, levando essas empresas a pedir recuperação judicial.

"Assim, deveremos ver o crescimento do número de casos de recuperação judicial", diz. Ele frisa, ainda, que nas novas operações de crédito, os credores - tanto bancos quanto gestoras - têm buscado, como garantia para suas operações com o setor, terras que não são utilizadas na produção, visto que a Justiça tem entendido que terrenos produtivos são bens essenciais ao negócio.

Luiz Prado, sócio da Makalu, que tem trabalhado em casos de reestruturação no setor, diz não enxergar uma crise sistêmica no agro, mas ele vê com mais cautela a situação das revendas. "Estou positivo em relação ao agro em geral, não vejo uma grande crise", afirma. O executivo conta que tem observado algumas empresas do segmento ajustando suas operações, muitas até mesmo com venda de ativos, de forma a ajustarem a geração de caixa ao fluxo de pagamentos. Em revendas, além da Agrogalaxy, o Portal Agro também recorreu à Justiça para se proteger de execuções.

Outro ponto, segundo ele, é que os credores financeiros estão mais proativos, sentando-se à mesa com as companhias para renegociar vencimentos quando identificam que podem surgir problemas à frente. "Os bancos credores amadureceram muito no Brasil e já se antecipam ao problema.

Para tentar resolver, estão alongando prazos, de forma a se evitar a recuperação judicial", comenta Prado. Segundo ele, a situação mais crítica do setor já passou, e o cenário deverá estar mais normalizado em 2025.

Fabiana Balducci, sócia e responsável pela área de reestruturação da BR Partners, aponta que a situação delicada das revendas é um efeito direto do número de pedidos de recuperação judicial dos produtores rurais. Segundo a especialista, para que a crise não cresça ainda mais, afetando até mesmo o andamento da safra, será preciso enfrentar o problema, incluindo uma participação mais construtiva dos próprios credores das conversas.

"Virou um ciclo vicioso. É preciso alinhar a cadeia", diz. Com muitas empresas do setor sem crédito, pode ser observado também uma onda de consolidação, avalia.

Deve fazer parte da solução, segundo Balducci, uma política pública para o setor, incluindo o fomento de seguro para o setor, em todas as regiões onde o agronegócio está presente.

Max Mustrangi, especialista em reestruturação e presidente da Excellance, também aponta que há, sem crédito ao setor, os problemas tendem a crescer. Assim, ele acredita que a situação do agro ainda está distante de uma melhora e no momento os olhos também estão voltados para a próxima safra, com muitos produtores com dificuldade de acessar linhas de crédito para se financiarem. "O crédito está mais restrito e o agro precisa de crédito".

Outra dificuldade, segundo ele, é que muitas vezes os credores financeiros, para alongar prazos, exigem aportes por parte do controlador no negócio - e no agro, muitas vezes o produtor está descapitalizado.

Procuradas, Agrogalaxy e Grupo Safras não concederam entrevistas.

As demais empresas citadas não responderam ao pedido da reportagem.

"Os casos de recuperação judicial ainda devem crescer" Douglas Bassi

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188016>

# Governo espera cooperação do BC com comando de Galípolo

- O governo brasileiro espera maior cooperação técnica com o Banco Central (BC) a partir do próximo ano, quando o atual diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, assumirá o comando da instituição, em meio a queixas de que a atual gestão se esquivou de dialogar em temas de interesse da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não relacionados à política de juros.

Três fontes do Ministério da Fazenda ouvidas pela Reuters afirmaram em anonimato que a pasta se ressentiu com a falta de aprofundamento em conversas sobre regulamentação de criptoativos, abertura do mercado de vale-alimentação para trabalhadores formais e potencial inclusão de títulos da dívida pública brasileira numa plataforma global de negociações.

Desde que assumiu em janeiro do ano passado, Lula fez críticas reiteradas à condução da política monetária, vista por ele como nociva para a economia, com ataques à meta de **inflação** - que acabou sendo mantida pelo seu governo - e ao presidente do BC, Roberto Campos Neto, nomeado por seu antecessor Jair Bolsonaro.

Em meio a esse ambiente, duas das fontes afirmaram que a demanda por maior interlocução acabou prejudicada, com o BC se encastelando em alguns temas sob o manto da autonomia, que lhe foi assegurada por lei em 2021.

Essas mesmas fontes avaliaram que há perspectiva de integração e destravamento das pautas após Galípolo, indicado por Lula, assumir a cadeira de Campos Neto em janeiro, enquanto uma fonte do Banco Central disse que a maior cooperação deverá ser "uma tônica." Procurado, o Ministério da Fazenda disse que não irá se manifestar. O Banco Central não comentou o assunto.

"Espero muito que a gente tenha mais integração nas coisas que não afetam a competência dura do Banco Central, não estou dizendo que queremos ter um assento no Copom (Comitê de Política Monetária), não é isso", disse uma das fontes da Fazenda.

"O BC confundia autonomia com a ideia de que não era um órgão de governo e que não podia ter uma agenda conjunta com a Fazenda.

Isso deve mudar", afirmou a segunda fonte.

Impasses - Uma das autoridades mencionou preocupação com a regulamentação de criptoativos, tema sob a guarda do BC, mas que interage com iniciativas da Fazenda, como as regras para apostas on-line.

"A gente precisa fazer as coisas se encaixarem sob pena de não ser efetivo. Eles fazem uma regulação sem falar com a gente, a gente faz uma aqui, as 'bets' continuam usando cripto, tem um risco grande de bater cabeça", disse.

O BC realizou consulta pública sobre regramentos para ativos virtuais em janeiro e o tema segue em debate na autarquia, que previu passos adicionais neste semestre, com fechamento de propostas normativas no fim deste ano.

Em outra frente, o governo prevê destravar um impasse relacionado à efetiva regulamentação para abrir o mercado de cerca de R\$ 150 bilhões de vale-refeição e alimentação.

Embora já exista legislação desde 2022 prevendo que o crédito concedido pelas empresas seja desfrutado num ambiente de interoperabilidade, que permite que o gasto seja feito em qualquer restaurante participante independentemente do vale utilizado, e de portabilidade, que permite transferência do saldo para outras empresas do setor, falta definir quem irá editar as novas regras e supervisioná-las.

Enquanto a Fazenda vê o BC como candidato natural, a autarquia refuta assumir a responsabilidade alegando falta de braços para se dedicar a um mercado considerado grande, atendendo 22 milhões de trabalhadores, mas que não oferta risco sistêmico.

Em reunião de associações que defendem a abertura do mercado com o Ministério da Fazenda em São Paulo, no fim de setembro, o ministro Fernando Haddad sinalizou que a regulamentação sairia no início do ano que vem, segundo um dos participantes presentes. Na autoridade monetária, porém, o tema não está pacificado.

A Fazenda também não conseguiu avançar no diálogo

com o BC sobre um plano para que títulos do Tesouro Nacional sejam negociados diretamente na plataforma da Euroclear, FINANÇAS 15 Belo Horizonte, MG Sexta-feira, 18 de outubro de 2024 instituição europeia focada em custódia e liquidação de transações de ativos, o que simplificaria o acesso de investidores estrangeiros aos papéis da dívida brasileira, disse a terceira fonte da pasta. Atualmente, as negociações são feitas em plataforma local.

"Todos os países relevantes estão na Euroclear e o BC resiste porque não quer perder poder da burocracia. É algo que vai gerar economia de dezenas de bilhões de reais e fica travado por corporativismo", afirmou.

O Tesouro chegou a anunciar em 2023 uma força-tarefa com o BC para iniciar preparativos técnicos que viabilizariam a negociação de títulos da dívida interna brasileira concomitantemente nos mercados doméstico e internacional, com a Euroclear colocada como potencial plataforma para essa finalidade. Os debates, no entanto, seguem travados.

Segundo essa fonte, o BC vinha alegando que precisa ter controle das informações sobre as emissões e os detentores da dívida brasileira em tempo real para monitorar e coibir casos de lavagem.

**Site:**

**<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/427199-2/>**

# PIB do Agronegócio brasileiro acumula queda de 3,5% no ano

G1

Em movimento de queda desde janeiro de 2024, o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Agronegócio Brasileiro, calculado pelo do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Esalq-USP, seguiu em recuo de 1,28% no segundo trimestre de 2024, segundo levantamento divulgado nesta quarta-feira (16). A retração acumulada é de 3,5% neste ano.

O levantamento é feito pelo Cepea em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Segundo os pesquisadores, o resultado negativo do agronegócio segue influenciado pelos menores preços, movimento que vem sendo observado desde 2023, e da queda na produção de commodities.

Além disso, a queda do **PIB** do agronegócio também está atrelada à redução da produção de importantes produtos do setor. "Em especial para a agricultura dentro da porteira, com destaque negativo para soja, milho e cana-de-açúcar", destacou.

O **PIB** do Agro, segundo relatório, registrou queda de 2,68% para os insumos e recuo de 1,77% para o segmento primário.

Na sequência, destacam-se retrações para o setor de agroindústrias, com resultado negativo de 0,62% e para os agrosserviços, com queda de 1,15%.

"Considerando também o desempenho da economia brasileira como um todo até o momento, o **PIB** do agronegócio pode corresponder por 21,8% do **PIB** do Brasil em 2024, abaixo dos 24% registrados no ano passado", destaca o Cepea.

De fato, cálculos do Cepea/CNA indicam que o **PIB** do ramo agrícola apresentou queda de 1,22% no segundo trimestre, acumulando forte baixa de 5,1% no ano.

O **PIB** do ramo pecuário, por sua vez, também caiu no trimestre (-1,2%), mas ainda sustenta alta em 2024, de 0,5%.

"O avanço no ramo pecuário na parcial do ano se deve sobretudo ao desempenho positivo nos segmentos agroindustrial e de agrosserviços, que registram respectivos aumentos de 5,29% e de 3,78% em 2024",

descreveu o relatório.

O segmento insumos recuou 8,13% nos primeiros seis meses do ano, quando comparado a igual período de 2023.

No caso do segmento insumo agrícola, a redução de 11,0% do **PIB** refletiu os resultados das indústrias de fertilizantes, defensivos e máquinas agrícolas.

"Esses setores tiveram seus resultados pressionados tanto pelas quedas das cotações quanto das produções, como são os casos das indústrias de defensivos e máquinas agrícolas", aponta o relatório.

Para os insumos pecuários, a redução foi de 1,3%. "Resultado exclusivamente da retração observada na indústria de rações - menores preços, uma vez que se projeta maior valor da produção para a indústria de medicamentos para animais", destaca o levantamento. Para o segmento primário, o recuo é de 5,11% no primeiro semestre.

No caso do segmento primário agrícola, a redução de 4,69% do **PIB** refletiu os menores preços e perspectivas de menor produção para a safra 2024 de importantes produtos agrícolas, com destaque para milho, soja e trigo.

Após tímido movimento de recuperação no fim de 2023, o **PIB** do Agro enfrentou mais uma queda entre janeiro e março deste ano. No primeiro trimestre de 2024, o desempenho do setor foi de R\$ 2,45 trilhões, uma redução de 2,20% em relação mesmo período de 2023, com baixa equivalente a R\$ 57 bilhões.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6362>

# LIXO ELETRÔNICO: O desperdício silencioso (Artigo)

**MARCELO SOUZA\***

MARCELO SOUZA\* \* Especialista em economia circular, professor universitário e autor da antologia Reciclagem de A a Z. Também é presidente do Instituto Nacional de Economia Circular, CEO da Indústria Fox -Economia Circular

Presentes na maioria dos lares e empresas, os equipamentos eletroeletrônicos incluem desde utensílios básicos de cozinha até dispositivos de tecnologias de informação e comunicação, tais como telefones celulares e laptops. Cada produto tem um perfil de vida útil específico, o que significa que possuem diferentes quantidades de resíduos, valores econômicos e potenciais impactos na saúde e no meio ambiente, se reciclados de maneira inadequada. Quando o tempo de vida desse produto termina, ele se torna um resíduo eletroeletrônico (REEE).

Desde 2010 os REEEs aumentaram significativamente: isso se deve principalmente ao fato de que mais pessoas estão tendo acesso a celulares e internet. Por exemplo, o mundo conta com mais de 7,7 bilhões de assinaturas de telefone celular e, no Brasil, 83% dos indivíduos com dez anos ou mais possui telefone celular (NIC.br, 2019). Pode-se dizer que cada morador teve em média 3 aparelhos celulares nos últimos 10 anos, o que equivale a uma vida útil de mais ou menos 3 anos por aparelho.

A rápida obsolescência de dispositivos eletrônicos somada à constante evolução da tecnologia tem dado mais espaço para o descarte inadequado desses aparelhos, representando uma ameaça significativa ao meio ambiente e para a saúde humana. Os dispositivos eletrônicos contêm uma variedade de materiais tóxicos, como mercúrio, chumbo, cádmio e substâncias químicas perigosas. Quando esses produtos químicos entram em contato com o solo e a água, podem poluir o ambiente e prejudicar a fauna e flora local.

O que acontece é que muitos países desenvolvidos enviam seu lixo eletrônico para nações em desenvolvimento, onde é frequentemente processado e manuseado de maneira inadequada, causando danos ambientais e à saúde das pessoas envolvidas nesse processo. Além disso, os dispositivos eletrônicos contêm recursos preciosos, como ouro,

prata e cobre, e quando esses aparelhos são descartados em aterros sanitários, esses recursos valiosos são perdidos.

Segundo a União Internacional de Telecomunicações (UIT) com dados de 2022, 97% dos REEE da América Latina não são descartados de forma sustentável, o que soma um valor perdido equivalente a US\$ 1,7 bilhão por ano (pelo potencial de recuperação dos materiais preciosos que os compõem). Ainda, de acordo com dados do relatório sobre eletrônicos circulares apresentado no Fórum Econômico Mundial de Davos, de 2019, o lixo eletrônico a nível global tem um valor de pelo menos US\$ 62,5 bilhões, o que corresponde ao Produto Interno Bruto (PIB) anual do Quênia.

Existem soluções sustentáveis para lidar com o lixo eletrônico. Isso inclui a reciclagem adequada de eletrônicos, a reutilização de componentes e a doação de dispositivos ainda funcionais para organizações que podem fornecê-los a comunidades carentes. Além disso, muitas empresas agora estão adotando programas de reciclagem e recondição de dispositivos para reduzir o impacto ambiental.

Na minha experiência como empreendedor nesta área, com a reciclagem correta é possível recuperar cerca de 60% de metais preciosos (ouro, prata, cobre); 15% de plásticos (que têm uma taxa de reciclagem bem abaixo da de metais, devido à complexidade das misturas dos materiais); e 50% de vidro. Posto isso, vemos a importância da presença de empresas focadas no ecossistema de reciclagem e remanufatura de REEE. Desta forma é possível gerar valor a partir de algo que muitos veem apenas como lixo e ainda criar empregos formalizados e com condições justas de trabalhos, além de prevenir a exposição humana à toxicidade de alguns materiais presentes nos dispositivos eletrônicos.

**Site:**

<https://digital.hojeemdia.com.br/produto/hed/edicao/12694/f2e82cdafcf284a895561ce69125177787c41225a4964a4e8a47b5a066dfd2cc.pdf>